

A INTEGRAÇÃO DO ALUNO DEFICIENTE AUDITIVO E SURDO NO ENSINO REGULAR, SEGUNDO OS PROFESSORES DA ESCOLA RUI BARBOSA

GOMES Vilma¹

vilma.gomes.peixoto@Hotmail.com

ANGELICI Rosângela Franchini²

Rosa.angela.63@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo investigar a integração do aluno deficiente auditivo e surdo no ensino regular, segundo os professores. Verificando as dificuldades encontradas pelos educadores para trabalhar com alunos com deficiência auditiva e surdez. Para tanto utilizou métodos indutivo, monográfico e estatístico. A coleta de dados foi por meio da técnica de observação direta extensiva. Com a aplicação de um questionário estruturado contendo perguntas abertas e fechadas. No resultado da pesquisa pode-se perceber que a integração do aluno com deficiência auditiva e com surdez está acontecendo parcialmente, nem todos os profissionais estão preparados para essa integração. Constatou-se que alguns professores utilizam metodologia diferenciada em sala de aula para alunos deficientes auditivos e surdos, porém, verificou-se que os professores não estão em via de formação continuada preparados para atender alunos deficientes auditivos e surdos provocando dificuldade de comunicação e sua interação social com a comunidade escolar. Assim, o presente trabalho torna-se uma ferramenta de pesquisa para instituições de ensino e comunidade sobre a atual situação da inclusão desses alunos nas escolas de Alta Floresta - MT, tomando como base esta pesquisa realizada na Escola Estadual Rui Barbosa.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Formação continuada.

1 INTRODUÇÃO

A fundamentação teórica linguística do trabalho de estruturação de linguagem dos deficientes auditivo e surdo com a fundamentação filosófica justifica a necessidade da aquisição da linguagem ser vista como um processo gradativo, no qual o aluno recebe do ambiente as condições necessárias para poder, ele mesmo, assimilar o sistema de regras do ensino.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Alta Floresta – FAF

² Orientadora e Professora do Departamento do curso de Pedagogia da faculdade de Alta Floresta - FAF

A deficiência auditiva e a surdez apresentam distinções, porém, ambas ocasionam uma limitação para o desenvolvimento do indivíduo. A audição é de extrema importância para a aquisição da língua falada, nas relações sociais, psicológicas e na interação.

O objetivo da integração do aluno deficiente auditivo e surdo é o de transformá-lo em um aluno capaz de interagir e de aprender em uma classe comum em escola de ensino regular, para que isso aconteça é necessário orientar e incentivar os professores da rede regular de ensino, pois a dinâmica do ensino da linguagem criada por eles, e em grande parte, a responsável pelo sucesso da integração dos alunos deficiente auditivo e surdo no processo educacional.

Portanto, o que se busca é uma maior integração entre todos, ditos normais ou não, sabe-se que é um processo moroso, exige a adequação das escolas, o treinamento dos professores, a alteração no planejamento anual Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar, enfim uma série de medidas que somente um bom programa de sensibilização e preparação, pode, acabar a exclusão dos alunos com necessidades especiais, até então existe muito a ser feito por parte de todos: governo, escola, comunidade e pais.

Assim, este estudo teve como objetivo verificar as principais dificuldades encontradas pelos educadores para trabalharem com alunos com deficiência auditiva e surdo. Espera-se que este trabalho aponte alguns enfoques que venham a contribuir para que os educadores, de uma forma geral, reflitam mais sobre suas práticas, de forma a garantir a todos os alunos a total integração nas salas de aula do ensino regular.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

A pesquisa está fundamentada na teoria de base formulada por Porter (2005), que afirma que na Idade Média, com o apogeu do Cristianismo, as pessoas com necessidades especiais passam a ser amparados, com caridade e compaixão. Ao mesmo tempo, justifica-se a deficiência pela expiação de pecados ou como passaporte indispensável ao reino dos céus. Surgem assim, as primeiras instituições asilares com incumbência de dar assistência e proteção às pessoas deficientes.

Para Porter (2005), a Educação protagoniza na história da deficiência, de modo muito especial. A escola, como se sabe, é uma extensão da família e da sociedade. Na escola o indivíduo passa a fazer parte do mundo do conhecimento e também passa a ser parte integrante de uma sociedade, onde será preparado para o futuro, ou seja, explorar talentos,

atualizar possibilidades para o trabalho. O trabalho é fundamental para oportunizar os indivíduos de exercer seu papel de cidadão na sociedade.

Conforme Porter (2005), quando os alunos com necessidades especiais passam a conviver na escola, os valores e as relações sociais passam a ter novas perspectivas e os estigmas relacionados à diversidade se transformam em respeito. Ainda sobre essa afirmação, discute sobre novos paradigmas sobre educação especial, no Brasil:

Em 1919, cria-se em São Paulo as classes especiais e de formação de pessoal especializado para este trabalho, por intermédio do Serviço de Higiene Mental e Saúde Pública. Em 1921, três europeus (Theodora Simon, Arthur Perrelet e Helena Antipoff) chegam em Belo Horizonte com o propósito de trazer aos brasileiros novos paradigmas sobre a educação de pessoas com necessidades especiais (PORTER, 2005, p. 42).

Sabe-se que atualmente é possível pensar em uma educação mais inclusiva, baseada em processos participativos, constituindo ciclos de aprendizagem mantidos por um currículo multicultural de uma instituição, um sonho cuja intenção é de resolver o problema da evasão e do fracasso escolar, pois os problemas administrativos escolares muitas vezes originam dificuldades que acabam sendo passadas ao aluno que afastam da escola para evitar confrontos.

Deve-se atentar, também, para o fato de a escola estar inserida em um ambiente que está em constante transformação. Diferentes culturas, novas tecnologias, distintas pessoas estimulam a modificação dentro da escola. Portanto, a escola precisa estar sempre em sintonia com o ambiente externo, pronta para se adequar aos novos cenários.

Segundo Perdoncini (apud COUTO, 1996, p. 35), “A audição é um sentido geneticamente existente no momento do nascimento de uma criança normal. Esse sentido pode ser como a capacidade de ouvir os sons”. Sendo assim Deficiência auditiva³ é o nome usado para indicar uma perda de audição, ou seja, uma diminuição na capacidade de escutar os sons. O indivíduo só é considerado D.A. se a perda auditiva for diagnosticada nos dois ouvidos. Muitas pessoas podem perder a audição ao longo da vida devido a doenças ou até mesmo pelo próprio “envelhecimento do organismo”.

O Ministério da Saúde considera como Deficiência Auditiva o que consta no art.70, do capítulo IX, das disposições finais do Decreto nº 5.296, de 2004. - Deficiência Auditiva perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB)⁴ ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz. Podendo variar de níveis, sendo

³ In: . De acordo com American National Standards (ANSI – 1989) é considerada genericamente como a diferença existente entre a performance do indivíduo e a habilidade normal para a detecção sonora.

⁴ Decibéis = dB (intensidade ou volume dos sons medida em unidades chamadas decibéis).

assim possível classificar as pessoas de acordo com seu grau de perda auditiva avaliada em decibéis.

Segundo Fernandes (1990), falar em inclusão de deficientes auditivos é complicado, várias indagações passam pelos docentes, principalmente a forma de se comunicar com os mesmos. O indivíduo que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis é privado das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana. Dificultando, assim, a comunicação no ambiente escolar.

O Ministério da Educação (2003), diz que a capacidade de comunicação é responsável pelo processo de desenvolvimento da criança surda, da sua potencialidade desempenhando seu papel e integrando-se na sociedade.

De acordo com Dámazio (2007, p. 21) “A Língua de Sinais é, certamente, o principal meio de comunicação entre as pessoas com surdez”. Portanto faz-se necessário um envolvimento da comunidade escolar e sociedade como um todo, para que haja sucesso na inclusão, pois a educação não é neutra em seus valores, tem que parar de existir conflitos entre o papel da escola e sociedade, é preciso assumir uma perspectiva sociolinguística na educação de surdos dentro da instituição escolar considerando todas as formas de comunicação, pois não se deve privar o surdo de ter acesso à aprendizagem. As práticas educativas devem ser realizadas de forma que levem ao aluno a verdadeira aprendizagem seja ela através da escrita da língua portuguesa, ou através da língua de sinais.

A Educação Especial está amparada pela Constituição Federal de 1988, que prevê como dever do Estado o atendimento educacional especializado aos indivíduos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino: “Portanto, a constituição garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola” (Fávero; Pantoja E Mantoan, 2007, P. 25).

O aluno com necessidades especiais deve cursar o ensino regular, porque é um cidadão com os mesmos direitos que os outros, necessitam conhecer o ambiente social dos demais com quem ele conviverá. “A experiência de conviver com a diversidade, tão necessária para vida, nunca será exercida num ambiente educacional segregado, onde a diversidade humana não esteja representada” Sartoretto (2011, p. 78).

Nesse sentido cabe à escola e ao seu gestor elaborar o projeto político pedagógico, que deverá prever cursos de capacitação de professores e encontros da equipe pedagógica com professores ou instituições especializadas no processo ensino-aprendizagem do aluno com necessidades especiais. Esse projeto pedagógico torna-se relevante para a comunidade, visto

que se analisados todos os alunos com problemas de aprendizagem, poderiam dizer que são, também, alvos das políticas de inclusão, e não somente os alunos com necessidades especiais. Segundo Romanowski (2007, p. 118) com relação à inclusão: “Destaca-se que a “Educação para Todos exige a garantia de educação e acesso à escola a todas as crianças e jovens, tornando a escola um espaço democrático, melhorando os níveis de escolarização da população como um todo”.

A UNESCO, com muita propriedade, se manifesta a esse respeito, assegurando em seus documentos, que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais procede de um processo de reforma total do sistema educativo tradicional, “cuja meta é a criação de uma escola comum que ofereça uma educação diferenciada a todos, em função de suas necessidades e num marco único e coerente de planos de estudos” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Uma educação que tenha compromisso com a cidadania e com a constituição de uma sociedade democrática e não excludente, necessita promover o convívio com a diversidade. Para isso, a escola inclusiva precisa ter uma meta buscada por todos os cidadãos empenhados com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária. Lima (2010) ressalta que a inclusão seja efetivada requer esclarecimentos sobre a contribuição que cada pessoa pode dar em situações cotidianas.

Assim, a política nacional de educação especial no Brasil prevê alternativas de atendimento educacional às pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim como, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/1990) a Educação Especial é ressegurada o dever do Estado de garantir o direito à educação à criança e ao adolescente, e que o atendimento educacional, deverá ser oferecido, preferencialmente na rede regular de ensino. Para a LDB 9394/96, a Educação Especial foi contemplada com um capítulo, “educando com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. O Artigo 58º dessa lei estabelece que se entenda por Educação Especial:

Modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando que apresentam necessidades especiais, e que haverá quando necessário serviço de apoio especializado, na escola regular para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino (LDB 9394/96, Artigo 58º).

Portanto, há mais de uma década a legislação brasileira vem garantindo a matrícula obrigatória de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, porém o processo se arrasta e muitas vezes as leis não saem do papel. Percebe-se que, a

inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular é bem mais do que inserir simplesmente o aluno em uma classe regular. Na escola, a inclusão do aluno com necessidades especiais requer um procedimento, que envolva ingresso, permanência e sucesso, sendo que o sucesso envolve o rendimento escolar do aluno e sua interação social com a comunidade escolar. A escola deve, primeiramente, “integrar” o aluno em classe regular. “Pela integração, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai da inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais” (MANTOAN, 1999, p. 68).

O Governo Federal determina que crianças com necessidades especiais, devem frequentar escolas comuns, porém percebe haver educadores, que não estão devidamente preparados para atuar educacionalmente com tais necessidades, simplesmente, os colocam na sala de aula em geral no fundo da sala onde ficam isolados sem “perturbar” os demais colegas, sem parar para pensar que a troca de experiências favorecesse a troca de conhecimento com o outro.

Contrariando tal prática, o professor deve se especializar e buscar integrar, efetivamente, o aluno: “portanto, pode-se afirmar que é direito do professor e dever do Estado proporcionar condições favoráveis de formação completa, apropriada e eficaz para enfrentar os grandes desafios de uma sociedade em constantes e profundas transformações” (MACIEL e NETO, 2011, p.73). Quando discutido sobre integração ou inclusão, é válido lembrar que tudo isso desenvolve-se nos sentimentos de solidariedade humana, de afeto, fazendo com que o ser humano tenha uma visão mais generosa do que significa ser companheiro, ser colega, ser leal, ter compreensão da ética nas relações humanas. Desse modo Mantoan ressalta:

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em uma palavra, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências (MANTOAN, 1999, p. 75)

A integração escolar pode ser percebida como algo especial na educação, ou seja, a aproximação do ensino especial ao regular, gerando um grande movimento, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos, técnicas da educação especial às escolas regulares. Quanto à inclusão, esta discute não apenas as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é conflitante com a integração, pois presume a inserção escolar de maneira radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem restrições, devem cursar as salas de aula do ensino regular.

Dessa forma os termos integração e inclusão, embora pareçam ter sentidos similares compreendem formas diferentes de inserção. A integração implica a inserção da pessoa com necessidades especiais, apta para conviver na sociedade. Já a inclusão sugere a mudança da sociedade como pré-requisito para que a pessoa com necessidades especiais possa procurar seu desenvolvimento e desempenhar a sua cidadania. Esta provoca e determina que a escola brasileira tenha novos posicionamentos perante os processos de ensino e de aprendizagem. Ou seja: “O termo “inclusão” só tem sentido e significado para os deficientes, quando representa e expressa a realidade de uma participação ativa de convivência, em qualquer grupo social”. Lemos, (2001, p. 45). Assim, por exemplo, na escola, só há inclusão de fato, se o aluno tem rendimento escolar durante o processo ensino-aprendizagem. Não basta também somente a presença do aluno em sala de aula, pois, sem interação com o professor, sem aprendizagem, sem aquisição de conhecimento, sem ciência, sem cultura, não se pode falar em inclusão.

Por tudo isso, a inclusão implica uma transformação de perspectiva educacional, pois não se restringe aos alunos com necessidades especiais e aos que possuem problemas de aprendizado, mas a todos os demais, para que não fique a margem do sistema educacional.

Segundo Lemos (2001), muitos educadores ainda confundem Integração com Inclusão e isso também confunde a família e a sociedade como um todo. É preciso que os dois conceitos estejam claros aos profissionais de educação, e o que está acontecendo também em muitas instituições educacionais é a mera inserção do aluno com necessidades especiais no âmbito escolar, sendo que este não está sendo integrado, nem incluso, apenas frequentando a escola.

“O professor e as condições de trabalho em que exerce sua profissão são o núcleo fundamental da inovação nas instituições educativas; mas talvez o problema não esteja apenas nos sujeitos docentes, e sim nos processos políticos, sociais e educativos” (IMBERNÓN, 2010, p. 21).

Vendo a necessidade de inovar as práticas dos docentes em sala de aula (DEMO, 2011, p. 120) enfatiza que: “Ser professor é substancialmente saber “fazer o aluno aprender”, partindo da noção de que ele é a comprovação da aprendizagem bem-sucedida”. Sendo assim, o educador tem que descobrir respostas educativas para as necessidades específicas de cada aluno, quaisquer que sejam elas.

A escola inserida no contexto da questão do trabalho, deve assumir compromisso em garantir ao seu aluno deficiente auditivo e surdo habilidades para ingressar no mercado de trabalho.

Conforme Sasaki,(1999) ao ingressar no mercado de trabalho poucos conseguem realmente, devido o preconceito e a discriminação iniciar no mercado de trabalho, embora, hoje, o mercado esteja mais conscientizado e sensibilizado com a questão da deficiência, possibilitando contratações de muitas pessoas com necessidades especiais para trabalhar. Naturalmente, o deficiente auditivo e surdo busca satisfazer seus anseios de conquistar sua independência financeira. Klein (2012, p. 85) afirma que “a preocupação do trabalho esteve sempre associada com a possibilidade de independência, de autonomia das pessoas surdas”. Pode-se dizer também uma conquista de cidadania.

Assim, para que a inclusão tenha êxito, faz-se necessário que o ensino oferecido à comunidade em geral, seja realmente especializado para todos, preparando para a vida e para o mercado de trabalho, inclusive.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Área de estudo

O presente estudo limitou-se aos professores da Escola Estadual “Rui Barbosa”, situada no município de Alta Floresta, no Bairro Cidade Alta, Avenida Minas Gerais nº 46; o nome da escola é uma homenagem ao célebre político e jurisconsulto Rui Barbosa de Oliveira e a bandeira da escola têm como símbolo uma águia, que representa a sagacidade, e a sabedoria do patrono Rui Barbosa, que passou a ser chamado Águia de Haia, ao defender o Brasil e o direito de igualdade entre todas as nações na conferência da Paz em Haia.

3.2 Metodologia

Para a realização da pesquisa utilizou-se o método de abordagem hipotético dedutivo, e o monográfico, também conhecido como estudo de caso ou exploratório.

Foi utilizada a técnica de observação direta extensiva através de questionário de múltipla escolha com perguntas fechadas e abertas.

Os indivíduos selecionados para fornecer as informações necessárias para a conclusão deste trabalho foram 16 (dezesesseis) professores das séries iniciais, (1º ano ao 5ºano), período vespertino, da Escola Estadual Rui Barbosa.

O questionário conteve 13(treze) perguntas fechadas e 5 (cinco) perguntas abertas. Após a coleta, os dados foram tabulados manualmente e compilados em percentuais simples em relação à amostra estabelecida.

Em seguida, foi utilizado o programa Excel de Planilhas Eletrônicas para a construção de gráficos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

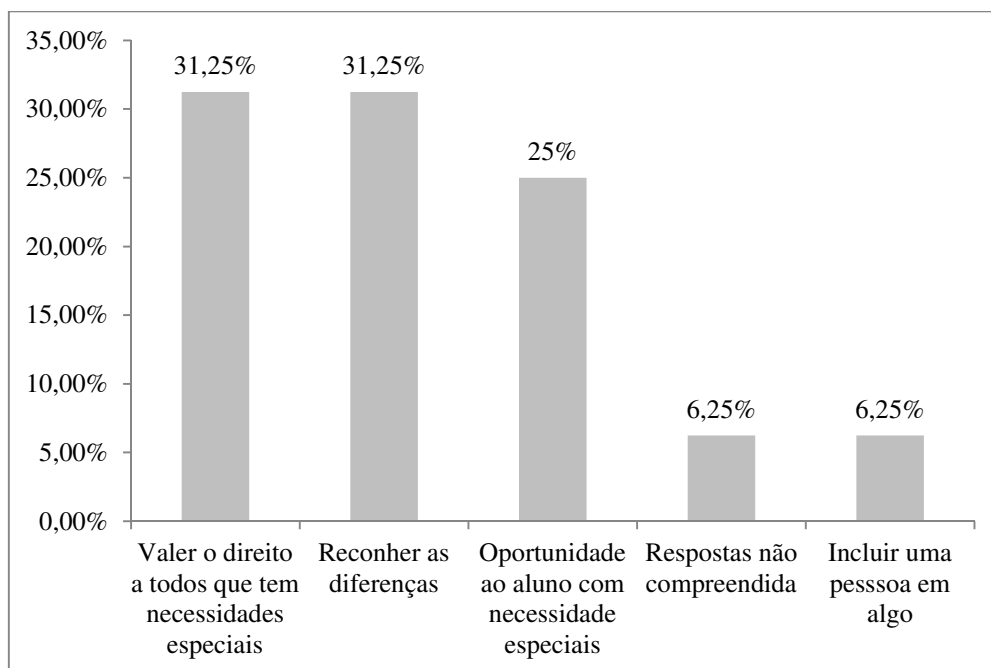
Esta pesquisa teve como objetivo verificar, a integração do aluno deficiente auditivo e surdo na concepção dos professores. E as dificuldades encontradas pelos educadores quanto ao ensino e aprendizagem do deficiente auditivo e surdo, no ensino regular. Assim como investigar se a capacitação desses profissionais é suficiente para suprir a demanda.

De acordo com as perguntas 1,2,3,4 e 5 que versão a respeito do perfil do professor relatam o sexo, idade, estado civil e quantos anos trabalham nesta instituição e o nível de formação que os professores se enquadram, foi constatado que dentre os 16 entrevistado 15 eram do sexo feminino e apenas 01 do sexo masculino. As idades são variadas, 12,50% dos professores tem de 18 a 25 anos, 25,00% entre 26 a 33 anos, 18,75% entre 34 a 41 anos e 25,00% entre 42 a 49 anos e 18,75% são acima de 50 anos. 12,50% dos professores são divorciados e estão separados, 25,00% são solteiros, e 62,50% estão casados. 18,75% trabalham na instituição entre 1 a 5 anos, 43,75% menos de um ano, 37,50% mais de dez anos.

Todos tem o Ensino Superior completo, totalizando 100%. Sendo que 43,75% fizeram especialização.

A questão seis visa observar os professores em relação o que é inclusão, sendo assim o gráfico 01 mostra que 31,25% (cinco) dos professores informaram fazem valer o direito á todos que tem necessidades especiais, de frequentar a mesma escola que todos frequentam; 31,25% (cinco) professores disseram que é reconhecer as diferenças fazer parte de um grupo, conviver por igual com todos; 25,00% (quatro) professores falaram que é oportunizar ao aluno com necessidades especiais a participação do ensino regular; 6,25% (um) professor deu uma resposta não compreendida; 6,25% (um) professor informou é incluir uma pessoa em algo que ela não está, como mostra o gráfico 1

Gráfico 1 – O que é inclusão?



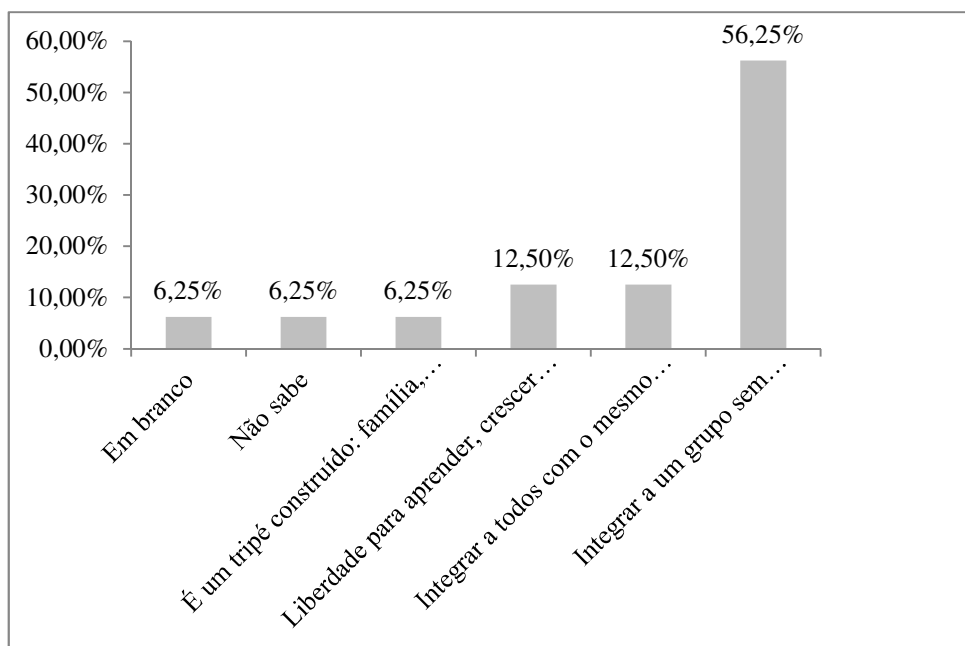
Fonte: GOMES, Vilma. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013.

Como foi possível verificar, o direito de frequentar a mesma escola, de fazer parte de um grupo convivendo por igual com todos, oportunizando o aluno com necessidades especiais de participar do ensino regular, foi apontado pelos professores como fatores importantes no ingresso do deficiente auditivo e surdo nas escolas comum. Este resultado vai de encontro ao que afirma Damázio (2007, p.14) “garantindo-lhe desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país”. Desce modo, “uma das maiores preocupações é a aplicação eficaz do principio da igualdade para se alcançar a justiça”. (FÁVERO. 2007, p. 13). Sabe-se que, incluir uma pessoa em algo que ela não está, Lima (2010, p.53) complementa destacando, “a inclusão escolar significa a oportunidade de aprender competências básicas para uma vida digna”. Sendo assim a inclusão é a participação de todos os alunos na vida escolar.

Com relação à integração, 37,50% (seis) professores informaram que é colocar algo ou alguém como parte integrante de um grupo, há participar todos os momentos, sem distinção ou discriminação com os demais; 18,75% (três) professores disseram é o aluno estar incluído na sala comum; 12,50% (dois) professores falaram integrar todos com os mesmos direitos e deveres; 12,50% (dois) professores informaram os alunos precisam de liberdades para aprender, e a integração ajudará esse aluno a crescer na vida social e profissional; 6,25% (um)

professor disse que a integração é um tripé construído junto a família a escola e o professor; 6.25% (um) professor respondeu que não sabe; 6,25% (um) professor deixou em branco conforme mostra o gráfico 2:

Gráfico 2 – O que é integração?



Fonte: GOMES, Vilma. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013.

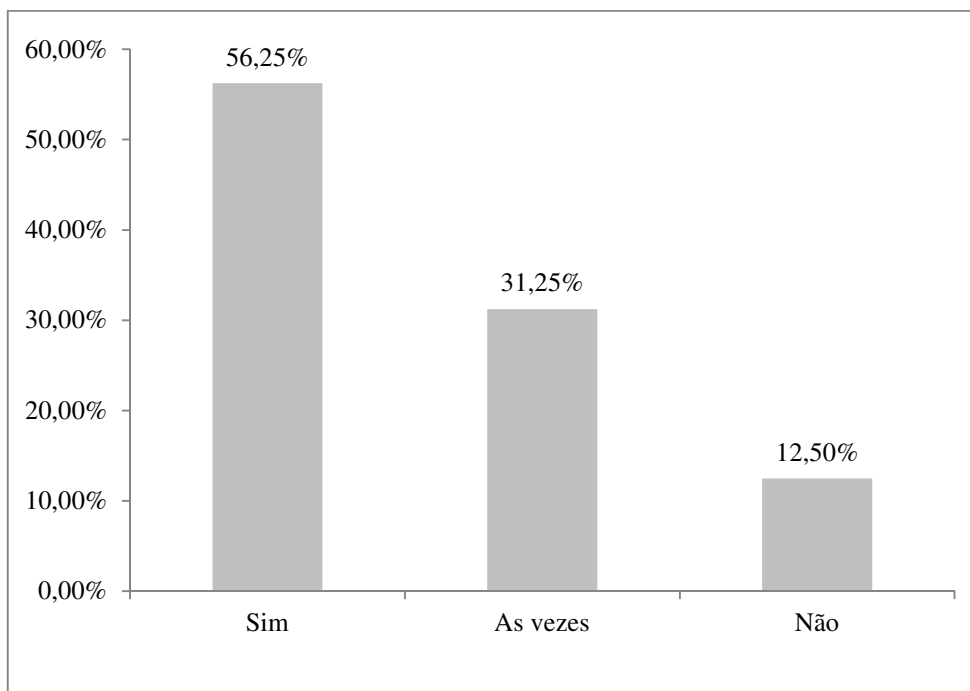
Observou-se, ainda, nesta pesquisa na percepção dos educadores que integração é quando alguém está participando de todos os momentos sem distinção ou discriminação com os demais. Fávero (2007, p. 17) ressalta, “é direito de toda criança, mesmo que apresente características muito diferentes da maioria, conviver com sua geração, sendo que o espaço privilegiado para que isso ocorra é a escola”.

Constatou-se ainda que a integração propõe liberdade para aprender, e unindo forças junto a família a escola e o educador, contribui para que o aluno desenvolva a sociabilidade preparando-o para uma profissão. “o trabalho é o principal meio de integração do homem na sociedade”, Lucre investigando no seu pessoal (2012) apud Klein (2012, p.88). Pode-se observar que alguns dos entrevistados não responderam, e outros não sabem, percebe-se que alguns professores não estão atuando como o detentor do conhecimento. “Somente faz o aluno aprender o professor que bem aprende”, (DEMO, 1995, p.120).

Quando questionados se o aluno surdo encontra-se integrado ao ensino regular, observou-se que 56,25% (nove) professores informaram que sim; 31,25% (cinco) professores

que as vezes, 12,50% (dois) professores disseram que não estão integrados, pode-se constatar no gráfico 3:

Gráfico 3 – O Aluno surdo encontra-se integrado ao ensino regular?



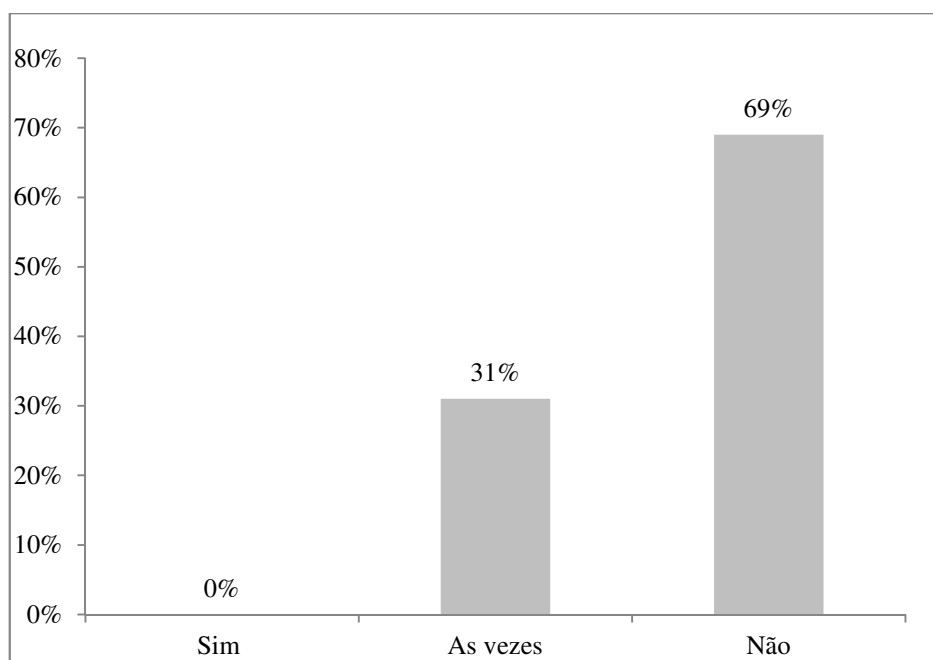
Fonte: GOMES, Vilma. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013.

A integração do aluno surdos na escola regular está acontecendo, mas há um caminho a percorrer, para que de fato possa se dizer acabou-se a exclusão, há um número notável de aluno que as vezes não se encontra integrado e outros que realmente não estão, pode-se constatar pelo gráfico acima, na opinião dos professores. Segundo Fávero; Pantoja e Mantoan (2007 p.38) defendem, “mesmo que não consigam aprender todos os conteúdos escolares, há que se garantir aos alunos com severas limitações o direito à convivência na escola, entendida como espaço privilegiado da formação global das novas gerações”.

Portanto a criança com graves comprometimentos, provavelmente não vai poder assimilar todo o conteúdo trabalhado no processo educativo, mas desenvolverá suas possibilidades intelectuais e também beneficiará da convivência social.

Quando indagados se o processo de construção do conhecimento do aluno surdo ocorre da mesma maneira que o da criança ouvinte 69% (onze) professores falaram que não, 31%(cinco) professores responderam às vezes, e nenhum professor respondeu que sim pode-se confirmar no gráfico 4:

Gráfico 4 – O processo de construção do conhecimento do aluno surdo ocorre da mesma maneira que o da criança ouvinte.



Fonte: GOMES, Vilma. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013.

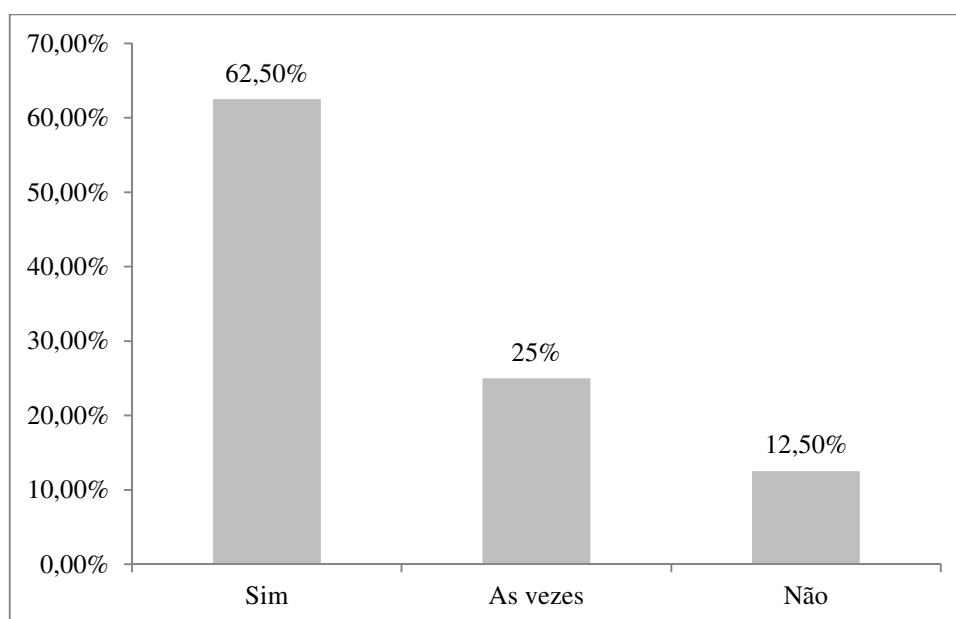
Constatou-se que a maioria dos educadores entende que a construção do conhecimento do aluno surdo não ocorre da mesma maneira que o da criança ouvinte. Saber como ocorre o processo de aquisição do conhecimento do aluno surdo é de fundamental importância para poder desenvolver as suas potencialidades: “observa-se que a pessoa com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte, precisando somente que tenha suas necessidades especiais supridas, visto que o natural do homem é a linguagem” Ministério da educação, SEESP (2003, p.17).

Portanto, faz-se necessário uma política de capacitação mais específica e atuante, e que educadores revejam seus conceitos em relação à construção do conhecimento do aluno surdo, levando em conta alguns aspectos subjetivos da criança com surdez.

As crianças usam diferentes linguagens, tem ideias, criam hipóteses do que querem revelar, e assim constroem o conhecimento nas interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem.

Ao avaliarem se utilizam métodos diferenciados para trabalharem com alunos deficientes auditivos, 68,50% (dez) professores confirmaram que sim, 25,00% (quatro) professores responderam que às vezes usam, e 12,50% (dois) professores, não usam metodologia diferenciada, o que pode ser melhor visualizada no gráfico 5.

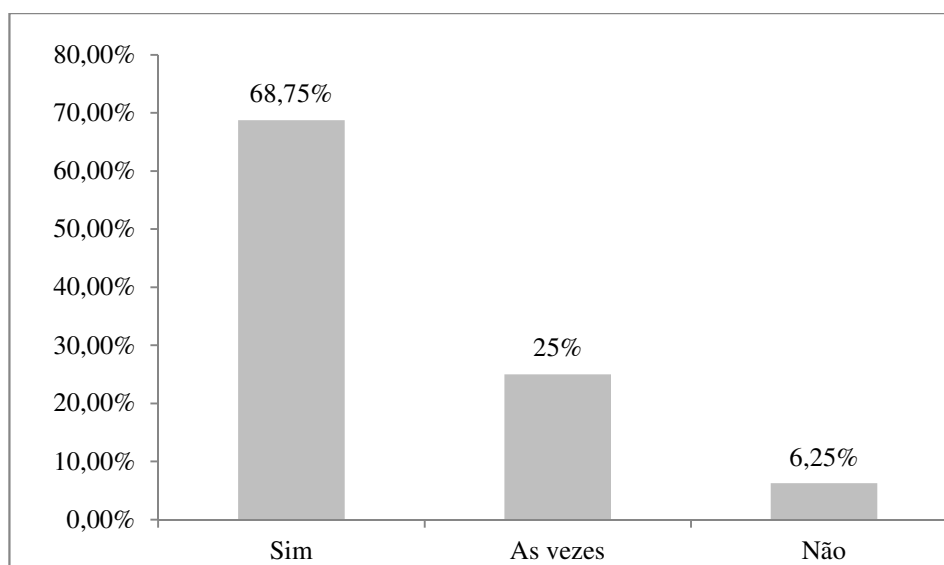
Gráfico 5 - Utiliza metodologia diferenciada em sala de aula para aluno deficiente auditivo?



Fonte: GOMES, Vilma. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013

Na tentativa de descobrir se os professores utilizam metodologia diferenciada em sala de aula para alunos surdos, constatou-se; 68,75% (onze) professores utilizam metodologia diferenciada; 25,00% (quatro) professores às vezes trabalham com metodologia diferenciada e 6,25% (um) professor não utiliza método diferenciado, como mostra o gráfico 6:

Gráfico 6 - Utiliza metodologia diferenciada em sala de aula para alunos surdos.



Fonte: GOMES, Vilma. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013.

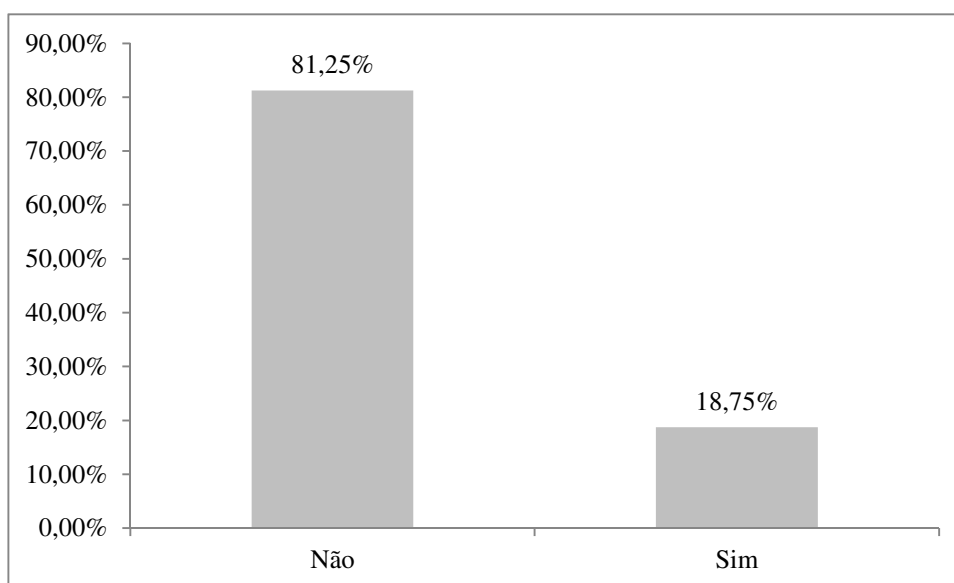
Desse modo, verificou que a maioria dos professores responderam que usam métodos diferenciados para trabalharem com aluno deficiente auditivo e surdo, tem professores que usam somente às vezes, e outros, não utilizam outros métodos. Segundo Dámazio (2007, p.20) “em escolas comuns devem respeitar as especificidades e a forma de aprender de cada um, não impondo inclusão desses alunos no processo de ensino aprendizagem”. Alguns professores não alteram suas práticas pedagógicas, sendo assim, Dámazio ainda acrescenta:

As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas com surdez, torna-se urgente, repensar essas práticas para que os alunos com surdez, não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita são advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los. (DÁMAZIO, 2007, p.21).

É fundamental que o professor estimule permanentemente o aluno, provocando-o a enfrentar desafios, com objetivos de alcançar o desenvolvimento e a aprendizagem.

Ao avaliarem se em via de formação continuada, estão preparados para trabalhar com alunos deficientes auditivos, 81,25% (treze) professores disseram que não, 18,75% (três) professores, afirmaram que sim, conforme demonstra o gráfico 7:

Gráfico 7 – Está preparado em via de formação continuada para trabalhar com alunos deficientes auditivos.

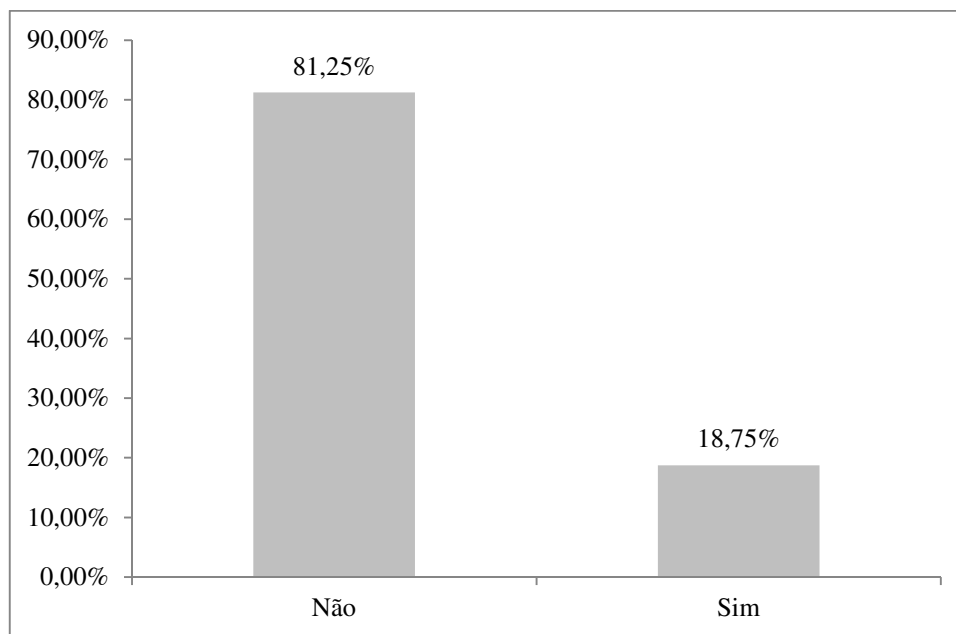


Fonte: GOMES, Vilma. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013.

Quando questionados se em via de formação continuada estão preparados para trabalhar com alunos surdos, a maioria dos respondentes, 81,25% (treze) professores revelam

que não estão preparados; ficando com apenas, 18,75% (três) professores acreditam que tenham preparação, conforme demonstra o gráfico 8:

Gráfico 8 - Está preparado em via de formação continuada para trabalhar com alunos surdos.



Fonte: GOMES, Vilma. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013.

Segundo Dámazio (2007) é necessário que os professores sintam-se preparados para realizarem suas práticas pedagógicas, há urgências de ações educacionais escolares que contribuam para o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. É relevante o número de professores despreparados, que estão em sala de aula provocando divergências relacionadas á resultados de procedimentos escolares.

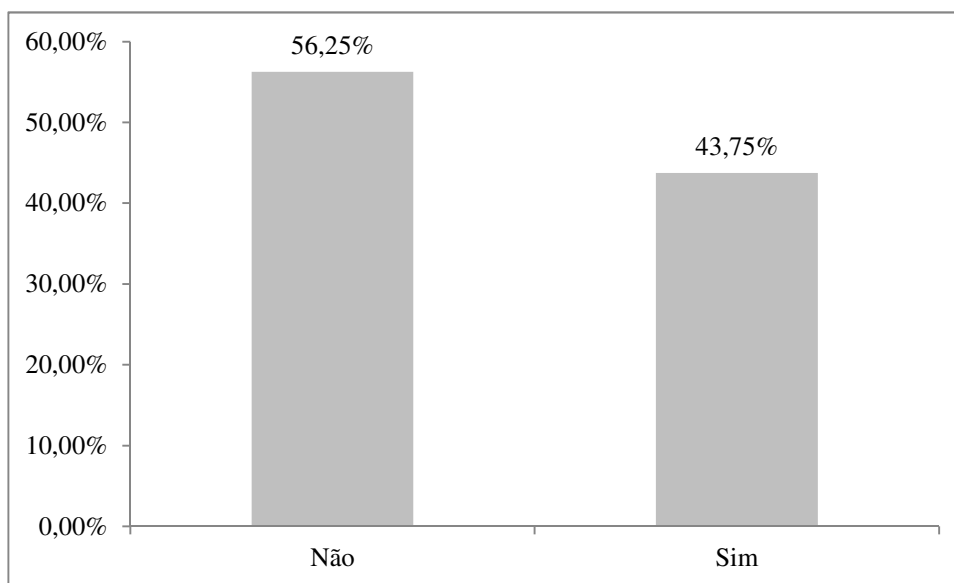
Demo (2002 apud NETO; MACIEL, 2011, p. 73) argumenta, “é fundamental na vida do profissional da formação: manter-se bem formado. Isso implica, primeiro, ter tido boa formação; segundo, alimentar de modo continuado sua formação”.

De acordo com Maciel e Neto (2011, p. 73) “é direito do professor e dever do Estado proporcionar condições favoráveis de formação completa, apropriada e eficaz para enfrentar os grandes desafios de uma sociedade em constantes e profundas transformações”.

É importante salientar que nessas formações permanentes, tenham cursos específicos que venham contribuir para a integração, professor x aluno, e vise-versa.

Quando questionados se fez algum curso de LIBRAS, 56,25% (nove) professores responderam que fizeram; e 43,75% (sete) professores afirmaram que ainda não obtiveram esse curso, podendo visualizar no gráfico abaixo 9

Gráfico 9 – Fez algum curso de LIBRAS?



Fonte: GOMES, Vilma. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013.

O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - Libras, promove a integração social, direito conquistado pelas pessoas com surdez.

A comunicação é sem dúvida importante para as manifestações como ser social.

Segundo Dámazio (2007) é essencial que o professor tenha formação em libras para ter um melhor aproveitamento do conteúdo a ser trabalhado, sabe-se que ter uma boa compreensão é fundamental que não existe barreira de comunicação. Sendo assim para que os alunos com surdez tenham suas capacidades exploradas e estimuladas, requer que os professores busquem meios para beneficiar sua participação. Entretanto muitos professores não estão habilitados para facilitar a transmissão dos seus conhecimentos, aos alunos com surdez, deixando-os a margens da desinformação.

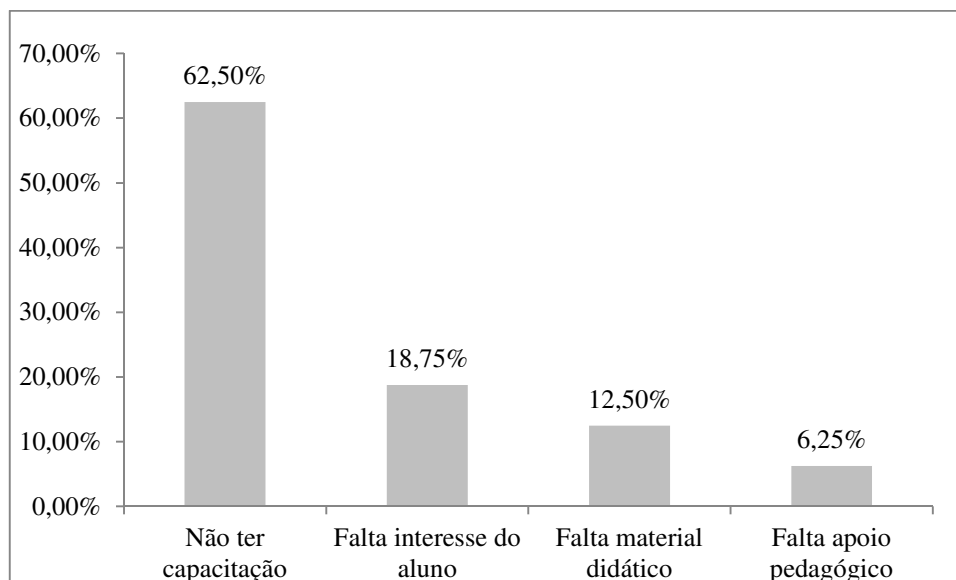
O professor que é fluente em Libras é a pessoa mais habilitada para transmitir seus conhecimentos aos alunos usuários da Língua de Sinais. Uma vez que o domínio do conhecimento a ser trabalhado é exclusivo desse professor, não existe a barreira da comunicação e, assim sendo, o intérprete será desnecessário (DÁMAZIO. 2007. p. 51).

Portanto para o autor a Língua de Sinais é certamente o principal meio de comunicação entre as pessoas com surdez.

De acordo com os pesquisados, a maior dificuldade para trabalhar com deficiente auditivo é a falta de capacitação, 62,50% (treze) professores afirmaram não ter capacitação, 18,75% (três) professores disseram falta interesse do aluno, 12,50% (dois) professores

falaram faltam de material didático, 6,25% (um) professor respondeu falta apoio pedagógico, pode-se observar no gráfico 10:

Gráfico 10 – Maior dificuldade para trabalhar com deficientes auditivos



Fonte: GOMES, Vilma de. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013.

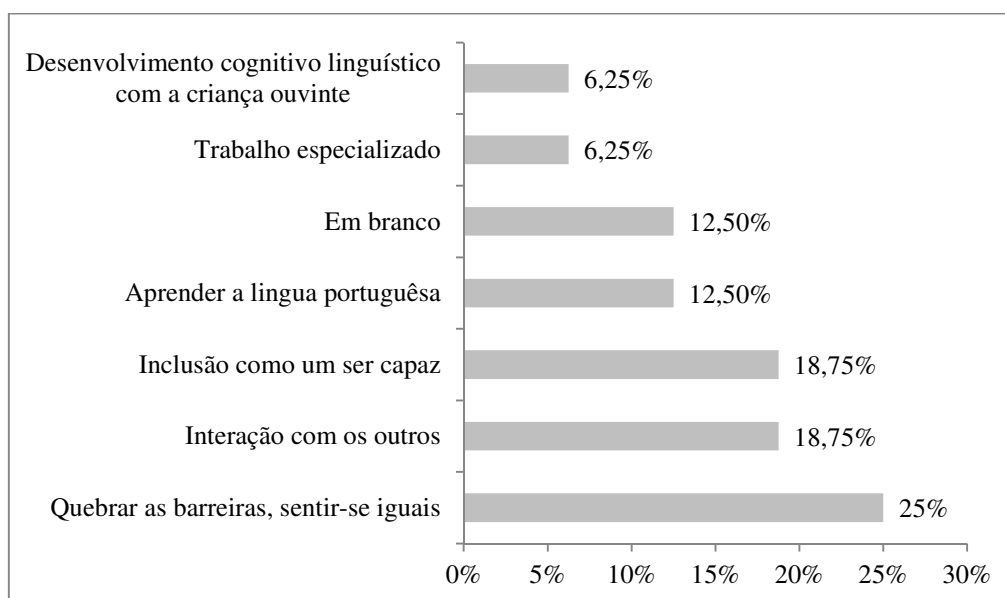
Muitos professores acreditam que sua formação profissional não está adequada para trabalhar com aluno deficiente auditivo, sabe-se que não existe uma fórmula pronta, e acabada para trabalhar com essas crianças, o professor deve buscar conhecimentos para que possa ter melhorias.

Para que o professor possa mudar sua metodologia, é preciso que ele tenha vontade de mudar, como já ensinava Dewey. Os problemas e as pressões das situações em aula exigem do professor novas respostas alterando os procedimentos. São possibilidades para introduzir inovações na prática pedagógica. As mudanças incluem a qualificação e melhoria da prática (ROMANOWSKI, 2007 P. 137).

Segundo Imbernón (2007, p. 20): "as inovações introduzem-se lentamente no campo educacional, mas além dessa lentidão endêmica, não podemos ignorar outros fatores: o ambiente de trabalho dos professores, o clima e o incentivo profissional, a formação tão padronizada que eles recebem", desse modo o professor não estimula o aluno, surgindo a falta de interesse. Outros fatores abordados na pesquisa é a falta de material didático, e apoio pedagógico. Obviamente, para haver mudanças positivas a escola deve solicitar "material e pessoal às Secretárias de Educação municipais e estaduais, as quais terão que providenciar com urgência, ainda que através de convênios, parcerias etc." (FÁVERO; PANTOJA E MONTAÑAN, 2007, p. 39).

Quando questionados qual o ponto positivo da integração dos alunos deficientes auditivos e surdos no ensino regular 25,00% (quatro) professores informaram faz com que quebre as barreiras fazendo-os se sentirem iguais; 18,75% (três) professores falaram a interação com os outros; 18,75% (três) disseram a inclusão dele como um ser capaz; 12,50% (dois) professores informaram para eles aprenderem a língua portuguesa; 12,50% (dois) professores deixaram em branco; 6,25% (um) professor disse faz um trabalho especializado; 6,25% (um) professor falou o desenvolvimento cognitivo linguístico ocorre, através da criança ouvinte, conforme mostra o gráfico 11:

Gráfico 11– O ponto positivo da integração dos alunos deficientes auditivos e surdos no ensino regular.



Fonte: GOMES, Vilma. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013.

De acordo com Carvalho (1999) a desigualdade atinge o mais alto nível da sociedade, é necessário que haja mudanças de atitude quanto a diferença, principalmente a não rejeição dos alunos com deficiências.

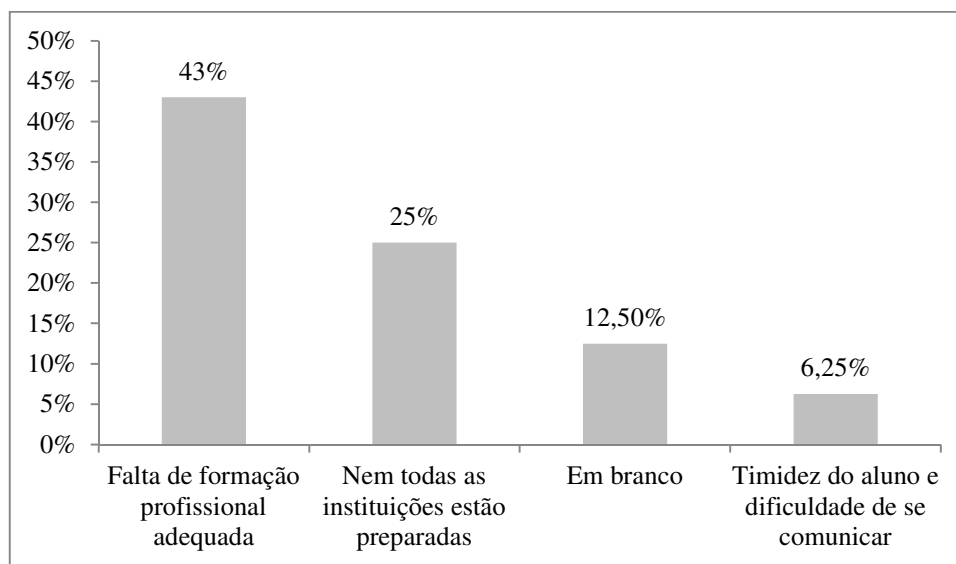
Um dos pontos positivo da integração do aluno deficiente auditivo e surdo, segundo os professores, é desenvolver o sentimento de igualdade, proporcionando a interação e a inclusão dele como um ser capaz.

A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com necessidade educativas especiais, e ao mesmo tempo facilitar-lhes a integração na sociedade como membros ativos. Mas, para que isto aconteça, é importante que o indivíduo portador de necessidades educativas especiais seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente, apto a aprender a aprender Goffredo apud (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SEED 1999, p. 32).

Constatou-se ainda que o trabalho especializado, e o desenvolvimento linguístico através da criança ouvinte é importante para a integração do aluno com deficiência auditiva e surda. Estudos realizados na última década do século XX e início do século XXI, apontam pontos positivos à educação de alunos com surdez e deficientes auditivos na escola comum elegem a valorização das diferenças no convívio social e o reconhecimento do potencial de cada indivíduo para Poker (2001 apud Damázio 2007, p.13) “afirma que as trocas simbólicas provocam a capacidade representativa desses alunos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, em ambientes heterogêneos de aprendizagem”.

Em relação ao ponto negativo dos alunos deficiente auditivo e surdo no ensino regular, 43,00% (nove) dos professores responderam que falta formação adequada para trabalhar, 25,00% (quatro) professores afirmaram, nem todas as instituições escolares estão preparadas para essa integração, 12,50% (dois) professores deixaram em branco, e 6,25% (um) professor disse que é a timidez dos deficientes auditivos e surdos, e a dificuldade de se comunicar podendo visualizar no gráfico 12:

Gráfico 12 – O ponto negativo da integração dos alunos deficientes auditivos e surdos no ensino regular.



Fonte: GOMES, Vilma. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013.

Mostrou-se nesta pesquisa a insatisfação com relação a formação profissional. Goffredo (1999, p. 68) menciona: “os cursos de formação de professores devem ter como finalidade, no que se refere aos futuros professores, a criação de uma consciência crítica sobre

a realidade que eles vão trabalhar e o oferecimento de uma fundamentação teórica que lhes possibilite uma ação pedagógica eficaz”.

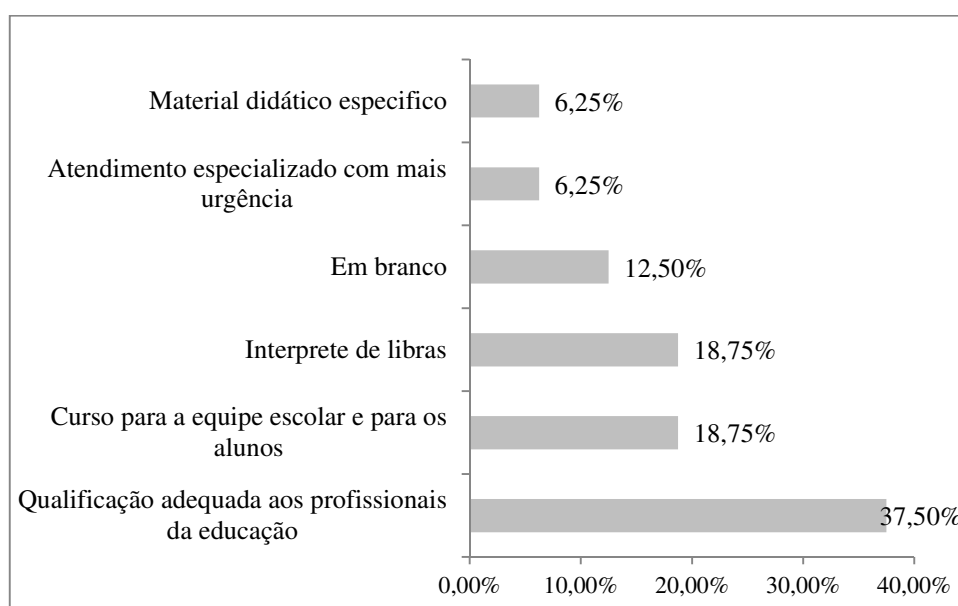
Portanto a formação do professor é essencial para a educação inclusiva, o educador precisa estar sempre preparado para novas situações que ocorrerão no interior da sala de aula.

Verificou-se ainda que nem todas as escolas estão preparadas para a integração, sendo assim Fávero(2007) considera grave o fato das escolas de rede regular dizer estar “despreparada” para receber os alunos com deficiência, ressalta que a instituição especializada deve fornecer apoio e conhecimento/esclarecimentos aos educadores das escolas comum.

Outro fator negativo a integração na opinião dos professores, é a timidez dos deficientes auditivos e surdos e a dificuldade de se comunicar. De acordo com Mantoan (2011) é fundamental que o professor eleve expectativa em relação a capacidade do aluno progredir, e que esteja sempre empenhado em buscar meios que ajude-o a superar os obstáculos escolares. A dificuldade de se comunicar pode levar a criança a reprimir influenciando na sua aprendizagem.

Os professores apresentaram também sugestões para melhorar a integração dos alunos deficientes auditivos e surdos no ensino regular. Ressalta-se que nesta questão alguns professores não contribuíram com sugestões, assim 12,50% (dois) professores deixaram em branco, conforme consta no gráfico 13:

Gráfico 13 – Sugestões para melhorar a integração dos alunos deficientes auditivos



Fonte: GOMES, Vilma. **Questionário.** Alta Floresta/ MT- 2013.

Os professores sugeriram qualificação adequada para os profissionais da área da educação, sabe-se que é necessário satisfazer as necessidades específicas do aluno para que ele possa apreender e desenvolver seu potencial, e para que isso ocorra Goffredo (1999, p. 68) afirma “é indispensável uma reforma na formação dos professores, que precisam aprender a identificar e atender às necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos portadores ou não de deficiência”. É preciso investir com muita seriedade na formação dos professores de uma forma específica.

Outro fator importante também é preparar a equipe da escola, de uma forma em geral toda a comunidade escolar, a se comunicar com aluno deficiente auditivo e surdo, porque todos interagem, desse modo sugeriram cursos para todos, para que possa ter uma maior integração e haver comunicação entre todos.

Foram sugeridos intérprete de libras na sala de aula, atendimento especializado com mais urgência pelo poder Público, materiais didáticos específicos, sendo assim a escola deve promover as adequações necessárias, contar com serviços de um intérprete, profissionais da área da saúde, (fonoaudiólogo, psicólogo) a fim de propiciar a aprendizagem para a integração total no ensino regular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que o aluno deficiente auditivo e surdo encontra-se parcialmente integrado ao ensino regular. E constatou que os professores da escola pesquisada não estão capacitados em via de formação continuada para atender aluno deficiente auditivo e surdo.

Eles mostram insatisfação, e despreparo para trabalhar com alunos deficientes auditivos e surdos, sugerindo qualificação adequada para os profissionais da área da educação, matéria específica, intérprete de libras, curso para a equipe escolar e para os alunos, mesmo assim a maioria dizem utilizar metodologia diferenciada para favorecer a aprendizagem dos seus alunos deficiente auditivo e também surdo, provocando em algumas respostas controversas em seus dizeres.

Portanto, os resultados da pesquisa evidenciam a necessidade de mudança de reforma na formação dos professores, para auxiliá-lo no desenvolvimento das competências necessárias ao atendimento de deficientes auditivos e surdos; nesse sentido quando a integração se der de fato, é que a escola regular será realmente a escola de todos.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the integration of the hearing impaired student in the regular school, according to teachers. Verifying the difficulties found by the teachers to work with deaf students. Therefore, it has been used the inductive, monographic and statistical methods. Data collection has been made by direct extensive observation. With the application of a structured questionnaire containing open and closed questions. In the research result it can be noticed the integration of the hearing impaired student is happening partially, not all institutions are prepared to this integration. It has been found that some teachers use different methodology in classes for deaf students, however, it has also been found the teachers are not in continuous formation to attend deaf students, which cause difficulties in their communication and social interaction with the scholar community. Thus, this work becomes into a research tool to schools and community about the current status of inclusion of these students in the schools of Alta Floresta, state of Mato Grosso, taking as a base the research performed in Rui Barbosa State School.

Keywords: Special Education. Inclusion. Continuous Formation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

_____. Lei Federal 8069/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Santa Maria: Palloti, 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. Integração e Inclusão: Do que estamos falando?. In **Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais** / Secretaria de educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

COUTO, A. **Reaprendendo a ouvir: o deficiente auditivo**. Rio de Janeiro: EDC, 1996.

DÁMAZIO Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado para Pessoa com Surdez**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

DEMO, Pedro. Professor do futuro e reconstrução do conhecimento. MACIEL, Lizete Shizue Bomura, et al. In: **Formação de Professores: passado, presente e futuro**. 2º ed. São Paulo: Cortes, 2011.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luisa Marillac P; MONTAAN Maria Tereza Eglér. **Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FERNANDES, E. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro, Agir, 1990.

GOFFREDO, Vera Lúcia flôr Sénéchal de. Como formar professores para uma escola inclusiva?. In **Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais** / Secretaria de educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. cap.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza** 8° ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEMO, E. R. **Educação de excepcionais**. Evolução Histórica e Desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA Priscila Augusta. **Educação inclusiva: indagações e ações nas áreas da educação e saúde**. São Paulo: Avercamp, 2010

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: SENAC, 1999.

_____. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4° ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Shigunow Alexandre, et al. **Formação de Professores: passado, presente e futuro**. 2° ed. São Paulo: Cortes, 2011.

PORTER, G. Organização das escolas: conseguir acesso e qualidade através da inclusão. In: AISNCOW, M.; PORTER, G.; WANG, M. (orgs.) **Caminhos para escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Cultural, 2005.

KLEIN, Madalena. Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador. In: SKLIAR Carlos. do et al. **A surdez: um olhar as diferenças**. 4° ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3° ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

Secretaria de Educação especial. **Saberes e práticas da Inclusão: dificuldade de comunicação e sinalização: surdez – 2. ed. ver. –**Brasília: MEC, SEESP, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Educação para o trabalho e a proposta inclusiva. In **Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais** / Secretaria de educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

SARTORETTO, Mara Lúcia. Inclusão: da concepção á ação. In: MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4° ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: linha de ação sobre necessidades educativas especiais** (trad. Edílson Alckmin da Cunha). Brasília: CORDE, 1994.